

Investimentos dos brasileiros somam R\$ 4,5 trilhões em 2021

Segmento de renda fixa retomou fôlego após alta da taxa Selic no ano

O volume financeiro dos investimentos dos brasileiros, clientes pessoa física dos segmentos de private e varejo das instituições financeiras, somou R\$ 4,5 trilhões em dezembro de 2021. O montante é 7,2% maior que o registrado no mesmo período de 2020, segundo nossas estatísticas.

+ **Conheça os dados na íntegra:** [varejo](#) e [private](#).

O movimento se deve principalmente à **renda fixa**, que voltou a ganhar fôlego no último ano, mas a **renda variável** também apresentou desempenho positivo, apesar do resultado negativo de 11,8% do Ibovespa no ano passado. “Notamos uma clara associação do comportamento da renda fixa com os movimentos da taxa básica de juros”, explica **José Ramos Rocha Neto**, presidente do nosso **Fórum de Distribuição**.

“Na série histórica, a renda fixa vem perdendo espaço desde 2017 chegando ao menor patamar em 2020. À medida que a **taxa Selic** foi caindo, os investidores buscaram ativos de maior risco agregado, abrindo espaço para a renda variável. Quando os juros voltam a subir, no ano passado, esse movimento se inverte e a renda fixa retoma espaço no portfólio dos clientes”, analisa.

O ciclo de redução da Selic saiu de 7,0%, em dezembro de 2017, para 2,0% no mesmo período de 2020. Com isso, as aplicações em renda fixa dos brasileiros passaram de 71,4% da carteira para 58,1% do volume financeiro total. A renda variável cresceu de 9,5% para 20% na mesma base de comparação. A elevação da Selic, que bateu os 9,25% em dezembro de 2021, mudou essa tendência: a renda variável teve uma pequena retração para 19,7% da carteira, enquanto a renda fixa ampliou espaço para 59%.

Produtos

O destaque do período foram os produtos de renda fixa, como o **CDB (Certificado de Depósito Bancário)**, que teve o maior crescimento absoluto: alta de R\$ 77,8 bilhões, alcançando R\$ 569,9 bilhões em dezembro de 2021 frente a R\$ 492,2 bilhões no mesmo mês de 2020. As **debêntures**, títulos de dívida das empresas, avançaram 38,5%, somando R\$ 70,8 bilhões no final do ano passado.

A **LCA (Letra de Crédito do Agronegócio)** e a **LIG (Letra Imobiliária Garantida)** também cresceram. Enquanto o papel do agronegócio avançou de R\$ 145,1 bilhões para R\$ 180,1 bilhões de dezembro de 2020 para o último mês de 2021, uma variação de 24,2%, o título imobiliário foi de R\$ 19,8 bilhões para R\$ 46,2 bilhões, alta de 132,9%.

Na renda variável e híbridos, os melhores resultados ficaram com as **ações**, que cresceram 5,2%, alcançando os R\$ 651,7 bilhões no último mês de 2021. Os **fundos multimercados e de ações** completam o ranking dos maiores desempenhos nessa categoria – com R\$ 682,5 bilhões e R\$ 214,2 bilhões em dezembro de 2021, eles responderam por variações positivas de 3,2% e 6,4%, respectivamente, na mesma base de comparação.

Número de contas

A quantidade de contas que aplicam em produtos de investimentos ficou em 131,2 milhões em 2021, resultado 3,8% inferior que em dezembro do ano anterior, ou seja, 5,2 milhões de contas a menos. “Muito dessa redução se deve ao início da pandemia em 2020. Com o pagamento do auxílio emergencial durante a pandemia, tivemos um número expressivo de novas contas que foram criadas para recebimento do benefício, principalmente as contas-poupança, o que não aconteceu em 2021”, comenta Rocha. Ainda assim, o número registrado em 2021 é o maior da série histórica, ficando atrás apenas de 2020, quando havia 136,4 milhões. Vale ressaltar que o número de contas não corresponde ao total de CPFs, já que uma pessoa pode ter mais de uma conta.

Distribuição por região

Todas as regiões brasileiras registraram variações positivas no patrimônio líquido de 2020 para 2021. O Centro-Oeste foi a que mais cresceu, com 9,6% ou R\$ 19,5 bilhões. O Nordeste aparece na sequência, com volume 7,4% maior, ou R\$ 25,9 bilhões adicionais. O Sudeste, que responde por 68,1% dos investimentos do país, cresceu 7,2% – acréscimo de R\$ 206,0 bilhões. O Sul e o Norte aparecem em quarta e quinta posições, com variações de 6,4% e 5,2%, ou R\$ 45,6 bilhões e R\$ 3,6 bilhões a mais no ano passado, respectivamente.

Ampliação da base de dados

As nossas estatísticas foram ampliadas, com a entrada de 75 novas instituições ao longo de 2021. Isso porque as regras do [Código de Distribuição](#) mudaram para o varejo: até maio de 2021, o envio de informações para a base de dados era obrigatório apenas para casas que tivessem 50 agências bancárias ativas e/ou cujo patrimônio líquido representasse pelo menos 1% do volume total da estatística. Desde junho do ano passado, esses critérios deixaram de valer e todas as casas passaram a reportar os dados, ampliando a representatividade das estatísticas da ANBIMA. Os dados deste release consideram o total das 105 instituições (89 instituições no varejo e 16 no private) nos dois anos.

Grupo Macroeconômico revisa projeções e Selic deve chegar a 12% em 2022

Economistas destacam incertezas quanto ao ritmo de elevação dos juros nos próximos meses

Os juros devem continuar a sua trajetória de alta neste ano e chegar a 12% em maio, patamar no qual deve permanecer até o final de 2022, de acordo com os economistas do nosso [Grupo Consultivo Macroeconômico](#). As projeções anteriores, de 11,5%, foram revisadas em reflexo à resiliência da inflação, às alterações na política monetária americana e ao ciclo eleitoral brasileiro no segundo semestre. A expectativa é que a Selic suba mais 1,5% na primeira reunião do Copom (Comitê de Política Monetária, do Banco Central) e chegue a 10,75%. Mais dois aumentos estão previstos, de 1% e 0,25%, respectivamente, nos encontros seguintes do Copom.

[+ Confira o relatório completo do Grupo Consultivo Macroeconômico da ANBIMA](#)

O grau de incerteza relacionada à conjuntura econômica ao longo de 2022 transparece na diferença entre a máxima e a mínima projetadas pelos economistas para dezembro deste ano: 12,75% e 10,25%. Entre os argumentos para um menor ritmo de elevação da Selic, o principal deles é que existe a possibilidade de que os efeitos defasados da política monetária sejam sentidos nos próximos meses, reforçando o ambiente de baixo dinamismo da economia. Entretanto, parte dos economistas argumenta que o atual balanço de riscos inflacionários não permite indicar uma política monetária menos contracionista, o que é agravado pelo futuro incerto do regime fiscal.

A **estimativa para o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)** em 2022 passou de 5%, apontado na reunião anterior do grupo, para 5,5%. A previsão está acima do teto da meta de inflação de 5% para 2022, valor já com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual do centro da **meta (3,5%)**.

A **previsão do PIB (Produto Interno Bruto)** para esse ano também foi impactada negativamente e passou de 0,5% para 0,15%, refletindo a deterioração das expectativas sobre a atividade econômica. Para os economistas, a demanda deve permanecer com um baixo dinamismo, sobretudo diante do maior aperto das condições financeiras. Em relação ao PIB trimestral, o grupo espera uma expansão de 0,30% no primeiro trimestre e um recuo de 0,10% e 0,20% no segundo e terceiro trimestres respectivamente, voltando a subir no último trimestre do ano (0,19%).

[+ Cadastre-se e receba nossas publicações](#)

Em relação ao cenário externo, a maior preocupação recai sobre a nova etapa da política

monetária dos Estados Unidos, que prevê um novo ciclo de alta de taxas de juros a partir de março. A mudança pode impactar os mercados emergentes, desvalorizando a taxa de câmbio e aumentando a inflação nessas economias. As casas estrangeiras que fazem parte do nosso Grupo Macroeconômico esperam de seis a oito elevações nas taxas dos FedFunds, o que pode levar o ciclo de alta até 2023. Outros fatores que estão no radar são o risco geopolítico do conflito entre Rússia e Ucrânia, que pode pressionar o preço do petróleo, e a desaceleração da economia chinesa.

Apesar de incerteza na economia doméstica e global, a estimativa para a **taxa de câmbio em 2022** foi mantida em R\$ 5,60, mas o grupo acredita que essa variável pode apresentar uma volatilidade relevante ao longo do ano.

Sobre o Grupo Consultivo Macroeconômico

O Grupo Consultivo Macroeconômico da ANBIMA é composto por 24 economistas de instituições associadas. Eles se reúnem a cada 45 dias, em média, sempre na semana que antecede a reunião do Copom (Comitê de Política Monetária, do Banco Central), para analisar a conjuntura econômica e traçar cenários para os mercados brasileiro e internacional.

Fonte: [Anbima](#), em 02.02.2022.